



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS  
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 11 DE  
4 JUNHO DE 2021, POR VIDEOCONFÊRENCIA, VIA MICROSOFT  
5 TEAMS.

6 Aos 11 (onze) dias do mês de junho de 2021, às 09h:00, deu-se início a  
7 reunião por videoconferência dos membros da Comissão Permanente de  
8 Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
9 Grilagem (CPMEAQLG), em razão da pandemia mundial pelo COVID-19,  
10 conforme regulamentação do CNJ, utilizando-se a ferramenta Microsoft  
11 Teams. Participaram da reunião o Excelentíssimo Dr. Desembargador  
12 Mairton Marques Carneiro, Ouvidor Agrário Estadual; o Excelentíssimo  
13 Dr. Juiz André Filo-Creão, Ouvidor Agrário Adjunto e Juiz Titular da Vara  
14 Agrária de Castanhal; a Dra. Maria Adelaide Cardoso Trindade, Secretária  
15 Geral da Ouvidoria Agrária e o Dr. Laércio dos Santos Rosa Junior,  
16 Assessor da Ouvidoria Agraria, na função de Secretário desta  
17 CPMEAQLG. Participaram da videoconferência os membros: Dra.  
18 Caroline Amarante, Representante do INCRA; Dr. Girolamo Treccani,  
19 Representante da FETAGRI; Dra. Eliana Zacca e Dr. Mario Solano,  
20 Representantes da FAEPA; Dra. Herena Neves Maués, Dra. Ione  
21 Nakamura e Dr. Waldir Macieira, Representantes do MP/PA; Dra. Janyce  
22 Verella Neiva, Representante da PGE; Dr. Antônio Carlos Apolinário,  
23 Representante da ANOREG; Dr. Wagner Nascimento Vaz,  
24 Representante da DPU. Também participaram os Excelentíssimos  
25 senhores Juizes Agrários: Dr. Amarildo Mazutti, Juiz Titular da Região  
26 Agrária de Marabá; Dr. Antônio Fernando Villar, Juiz Titular da Vara  
27 Agrária de Altamira; Dr. Haroldo Silva da Fonseca, Juiz Titular da Vara  
28 Agrária de Redenção. Teve sua ausência justificada o Dr. Tiago Marçal  
29 Lima, Representante da AGU. A reunião foi transmitida ao vivo, gravada  
30 em áudio e vídeo, com transcrição realizada pela empresa Steno Voice,  
31 por meio de estenotipia computadorizada. **PAUTA:** 1. *Aprovação da ATA*  
32 *de Reunião ocorrida em 14/05/2021;* 2. *Informe: Participação da*  
33 *Ouvidoria Agrária na Reunião Operacional acerca da Ação de*

1

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

34 *Reintegração de Posse (Processo nº 0805213-55.2021.8.14.0000), ref.*  
35 *ao imóvel denominado PARQUE DAS PALMEIRAS*  
36 *EMPREENDIMIENTOS LTDA, que ocorreu ontem, 09/06/2021; 3.*  
37 *Solicitação encaminhada por esta Ouvidoria, aos Juízes titulares das*  
38 *Regiões Agrárias, requerendo a listagem de processos que aguardam*  
39 *força judicial, considerando-se os casos prioritários, para que seja feito o*  
40 *acompanhamento junto ao Comando de Missões Especiais; 4. Ofício nº*  
41 *76/2021-GP, remetido à Ouvidoria Agrária pela Presidência do TJPA, o*  
42 *qual encaminhou para conhecimento e providências, a decisão proferida*  
43 *pelo Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, na Arguição de*  
44 *Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828, na qual atua como*  
45 *relator; 5. Considerações dos membros desta CPMEAQLG ao Projeto*  
46 *de Lei que Transforma a Ouvidoria Agrária do Poder Judiciário no Estado*  
47 *do Pará, em Ouvidoria Fundiária do Poder Judiciário no Estado do Pará;*  
48 *6. Informações sobre as atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho no*  
49 *Marajó; 7. O que ocorrer.* ORADORA NÃO IDENTIFICADA:  
50 Desembargador. DES. PRESIDENTE: Dra. Herena, bom dia. Nova  
51 aquisição de Castanhal, não é? SRA. HERENA NEVES MAUÉS  
52 CORRÊA DE MELO: Bom dia, Dr. Mairton. DES. PRESIDENTE: Dra.  
53 Herena é de Castanhal ainda? SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA  
54 DE MELO: Não. Dra. Ione foi para Castanhal, doutor. Continuo em  
55 Redenção. DES. PRESIDENTE: Ah, e a senhora foi para-- SR. LAÉRCIO  
56 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Isso. SRA. HERENA NEVES MAUÉS  
57 CORRÊA DE MELO: É. DES. PRESIDENTE: A senhora foi para  
58 Redenção? Que bom. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE  
59 MELO: Na verdade, eu já sou de Redenção-- DES. PRESIDENTE:  
60 Grande Redenção(F). SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE  
61 MELO: Há seis anos, doutor. Já sou agrária de Redenção há seis anos.  
62 DES. PRESIDENTE: É, não é? SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA  
63 DE MELO: É. DES. PRESIDENTE: E Dr. André agora tem o privilégio de  
64 falar palavra com a Dra. Ione, não é? A Nakamura. SR. ANDRÉ LUIZ  
65 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Verdade. Dra. Ione chegou na  
66 vara agrária e já mostrou que ela é competente. Primeira audiência que  
67 ela fez, processo complicadíssimo, conseguimos, graças a Deus,





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

68 implementar um acordo de um processo difícil, graças ao trabalho de  
69 todos, graças ao dinamismo da Dra. Ione, a boa vontade das partes em  
70 construir uma solução negociada para a lide. Eu lhe confesso,  
71 desembargador Mairton, e vou falar aqui para o Dr. Waldir, que ele, na  
72 qualidade de procurador agrário, ele figura também como corregedor  
73 permanente das promotoras vinculadas às regiões agrárias, foi uma  
74 maravilhosa aquisição a Dra. Ione para a vara agrária. Estamos muito  
75 satisfeitos. Dra. Eliane evoluiu na carreira, não é, avançou na carreira,  
76 mas nós não perdemos nada. Nós conseguimos manter o mesmo nível  
77 de trabalho do Ministério Público. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA  
78 FILHO: Que notícia boa, Dr. André. Fico satisfeito de ouvi-lo. DES.  
79 PRESIDENTE: O senhor está ouvindo esse elogio que o Dr. André está  
80 fazendo à Dra. Ione? Não é um elogio, não, viu, doutor-- SR. WALDIR  
81 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Pois é. DES. PRESIDENTE: É  
82 simplesmente o reconhecimento de um bom trabalho. SR. ANDRÉ LUIZ  
83 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Exatamente. DES. PRESIDENTE:  
84 Dra. Ione, em que pese eu conhecê-la pouco, mas ela sempre  
85 demonstrou um excelente trabalho. E eu só tenho que agradecer,  
86 Excelência. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Que ótimo. DES.  
87 PRESIDENTE: Eu agradeço em nome da Ouvidoria, tá, vossas palavras.  
88 SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: E o Dr. André faz, também,  
89 um excelente trabalho. DES. PRESIDENTE: Não tenha dúvida, não tenha  
90 dúvida. Agora, Dr. Laércio, vamos colocar no ar? SR. LAÉRCIO DOS  
91 SANTOS ROSA JUNIOR: Bom, já está, doutor [ininteligível]. DES.  
92 PRESIDENTE: Já? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
93 [ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Então, elevando o pensamento ao  
94 nosso Criador para nos dar tranquilidade, não só a mim, mas como a  
95 todos os presentes e aos que estão nos assistindo, declaro aberta esta  
96 reunião na nossa comissão. **ITEM 1:** E eu coloco de imediata aprovação  
97 da Ata anterior, que, no silêncio, está aprovada. Eu queria um segundo  
98 informe aqui da nossa reunião, mas antes disso, eu queria informar aos  
99 senhores que eu tomei, por decisão própria, *ad referendum* da comissão,  
100 mantive uma reunião com o comandante da Polícia Militar, comandante  
101 geral, eu solicitei a ele e todas, todas-- SR. LAÉRCIO DOS SANTOS





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

102 ROSA JUNIOR: A relação. DES. PRESIDENTE: [ininteligível], todas  
103 reintegrações, ou manutenção, coletivas por despejo compulsório um  
104 componente da Ouvidoria ou da comissão designada por mim deveria  
105 acompanhá-la, tanto, tanto na parte administrativa, por ocasião da leitura  
106 do mandado pelo oficial de justiça, e também pela [ininteligível] que fosse  
107 montada, a montagem das situações que a polícia iria lá fazer. Por que  
108 eu tomei essa providência *ad referendum* da comissão? Chegou ao meu  
109 conhecimento uma situação da Fazenda Triângulo, mais especificamente  
110 lá no município de Goianésia, se não me falhe a memória, através do  
111 deputado Bordalo, que é do recursos humanos, onde lá ele informava que  
112 houve atrocidade da polícia, houve atrocidade disso, atrocidade daquilo,  
113 e eu mandei apurar. Mas nesse mesmo informe, ele me dizia que estava  
114 com o aval do Judiciário, naquela situação ocorrida, e eu já tomei a  
115 providência em relação a isso *ad referendum*, só que ele falou que em  
116 todas elas exigiam a omissão do Poder Judiciário. Era isso, Dr. Laércio?  
117 Me confirme se é isso ou não? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
118 JUNIOR: De fato, Excelência. Ele havia relatado-- DES. PRESIDENTE:  
119 Pois é. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: De que ele havia  
120 tomado conhecimento dessas ações com o aval do Poder Judiciário.  
121 [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: E encaminhei um ofício a ele,  
122 não é-- SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Isso. DES.  
123 PRESIDENTE: Informando-o que nós, o Judiciário, necessitávamos,  
124 principalmente a Ouvidoria e a comissão, precisávamos saber quais eram  
125 essas desapropriações que tinham sido feitas a nossa revelia, ou seja, à  
126 revelia da Ouvidoria Agrária, e, ao mesmo tempo, solicitei ao juiz agrário  
127 que me mandasse todas, todas, as determinações de cumprimento para  
128 nós analisarmos junto com o comando da Polícia Militar para o devido  
129 cumprimento. Isso muito antes da decisão do ministro Barroso. Tudo  
130 isso(F), nós [ininteligível] e até o momento... Laércio, nós recebemos  
131 alguma informação depois do deputado Bordalo? SR. LAÉRCIO DOS  
132 SANTOS ROSA JUNIOR: Não, Excelência. DES. PRESIDENTE: Não?  
133 SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Apesar dos contatos feitos,  
134 solicitando novamente via telefonema, ainda não recebemos a resposta.  
135 DES. PRESIDENTE: Tá, mas nós vamos novamente solicitar





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

136 [ininteligível]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Ok. DES.  
137 PRESIDENTE: E estou aguardando... não sei se já chegou a resposta  
138 dos magistrados. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
139 Excelência, nós temos a resposta de quatro, restando apenas uma. DES.  
140 PRESIDENTE: [ininteligível]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
141 JUNIOR: Da região agrária de Redenção. DES. PRESIDENTE: Está  
142 presente Redenção? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr.  
143 Haroldo está presente. DES. PRESIDENTE: Dr. Haroldo? SR. HAROLDO  
144 DA SILVA FONSECA: Estou, sim, Dr. Desembargador. Bom dia, bom dia  
145 a todos. DES. PRESIDENTE: É, inclusive, deixa eu só lhe informar.  
146 Inclusive, a Dra. Célia Regina, devido a essas situações todas também,  
147 ela aumentou o pedido que eu tinha já realizado a vocês para nós... Está  
148 faltando alguma coisa lá na sua vara, para nós encaminhamos-- SR.  
149 HAROLDO DA SILVA FONSECA: Não, desembargador. DES.  
150 PRESIDENTE: Não? SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Não, não  
151 está faltando nada. DES. PRESIDENTE: Porque eu [ininteligível]  
152 informação [ininteligível], doutor. SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA:  
153 Inclusive, eu já conversei com o assessor, o Dr. Laércio entrou em contato  
154 comigo ainda ontem, e eu já disponibilizei. Essas informações, inclusive,  
155 a gente já deu em outras ocasiões, e após a entrada da pandemia que  
156 foram... tudo foi suspenso, não é, em razão dos decretos, e a agora  
157 estamos aguardando em relação a esse posicionamento do Supremo  
158 Tribunal Federal com relação aos cumprimentos das medidas liminares.  
159 Então, nós não estamos-- DES. PRESIDENTE: [ininteligível], mas nós  
160 queremos saber-- SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Nós não temos  
161 nenhum problema ainda. DES. PRESIDENTE: Pois é. Nós queremos  
162 saber todo e qualquer que tenha, para nós tomarmos as devidas  
163 providências, está certo? Não só eu, como a própria presidente do  
164 Tribunal está reivindicando isto. Acho que vocês devem ter recebido já  
165 um comunicado dela e, inclusive, o meu encaminhamento sobre o  
166 assunto, tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
167 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Eu pediria até  
168 brevidade máxima nessa situação. Acredito eu que o Dr. Haroldo não  
169 tenha ainda informado porque ontem foi que eu tomei conhecimento que

5

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

170 o assessor aqui da Ouvidoria, não é, não estava dando a devida atenção  
171 ao que tinha sido lhe encaminhado para resolver, aí o Dr. Laércio tomou  
172 parte da situação para nós conseguirmos resolver, tá? Então, foi por isso  
173 [interrupção no áudio], mas se alguém discordar da minha decisão, que  
174 foi *ad referendum* da comissão, que me diga agora. SR. LAÉRCIO DOS  
175 SANTOS ROSA JUNIOR: Dra. Herena quer se manifestar, Excelência.  
176 DES. PRESIDENTE: Pois não, Dra. Herena. SRA. HERENA NEVES  
177 MAUÉS CORRÊA DE MELO: Bom dia a todos-- SR. LAÉRCIO DOS  
178 SANTOS ROSA JUNIOR: Bom dia. SRA. HERENA NEVES MAUÉS  
179 CORRÊA DE MELO: Formalmente agora, na reunião. Não, Dr. Mairton,  
180 na verdade, eu quero lhe agradecer a sua decisão, e não discordar, e  
181 aproveitar para elogiar esse seu ato, que é muito importante para... que  
182 dê bastante transparência às questões. Sobre Goianésia, nós, inclusive,  
183 tivemos uma reunião, e aí deixando claro que não tinha o aval do Poder  
184 Judiciário. Nós conversamos com a promotora de justiça, que ela também  
185 tomou conhecimento que está em exercício, em... Eu digo nós, porque fui  
186 eu... uma reunião entre mim, Dra. Ione, Dra. Paula e Dr. Grisi(F), que  
187 também auxilia o Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias do Ministério  
188 Público, e nós estamos fazendo... formatando uma estrutura nessas  
189 situações que não têm decisões judicial. São questões que não têm  
190 decisão judicial, não foi feito dessa forma, com o aval do Poder Judiciário.  
191 Eu acho importante a gente deixar claro que estamos, inclusive,  
192 fomentando, estruturando reuniões com a Secretaria de Segurança  
193 Pública, mediando esse conflito, não é, para que tudo saía de uma  
194 forma... que todos os órgãos consigam trabalhar de uma forma conectada  
195 e que não aconteça mais nenhum abuso de direito humano. Mas nesse  
196 caso específico da fazenda em Goianésia, não havia aval do Poder  
197 Judiciário. DES. PRESIDENTE: Ah, tá. Eu queria, então, sugerir também  
198 ao... Porque eu sempre pergunto quando mando ou vou nessa reunião  
199 administrativa do comando, que o Ministério Público... Por que o  
200 Ministério Público não se faz presente, não é? Eu queria pedir ao Dr.  
201 Waldir Macieira que fizesse esse contato com o nosso procurador geral  
202 para que ele também se fizesse presente na ocasião dessas reuniões,  
203 para tanto necessário se faz que tenha uma reunião, ou por





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

204 teleconferência, ou pessoalmente, com o comandante geral da Polícia  
205 Militar para que acertem as situações, afim de que não sejamos pegos, a  
206 comissão, de surpresa com alguma situação ou outra. Por exemplo, nós  
207 temos agora uma que iria ser efetuada... Onde era, Dr. Laércio? Hoje, não  
208 é? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Isso, Excelência. Na  
209 verdade, a ação teria ocorrido ontem se não tivesse sido cancelada. Em  
210 Marituba. DES. PRESIDENTE: Lá em Marituba. Quem concedeu essa  
211 situação foi a juíza de Marituba, mas aí... E fomos lá, colocamos ao  
212 comandante, aí o comandante recebeu, na ocasião, recebeu um agravo  
213 de instrumento, já para o Dr. Ricardo Nunes, para mim, não havia  
214 necessidade, porque o cumprimento da decisão do ministro Barroso, é  
215 claro, tem que ser de imediato. Então, o comando já estava avisado pelo  
216 Dr. Laércio, da Ouvidoria, não é, e... mas, mesmo assim, a Defensoria  
217 Pública ingressou com agravo de instrumento, e o Dr. Ricardo,  
218 desembargador Ricardo Nunes, deu efeito suspensivo na decisão da  
219 doutora e Marituba, bom, de forma que nós estamos atentos a tudo o que  
220 ocorre. Eu pediria, então, ao Dr. Waldir que se comunicasse com o Dr.  
221 César Nader Mattar para ver se haveria condições de nessas reuniões,  
222 também, se fizesse presente um promotor de justiça. SR. WALDIR  
223 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Com certeza, doutor. DES. PRESIDENTE:  
224 Em seu nome. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Eu,  
225 inclusive... É, em relação a essas questões desse mandado de  
226 [interrupção no áudio] já tinha mandado, inclusive, um ofício ao Dr. César,  
227 não é, nesse sentido, em relação a esse contato, principalmente com o  
228 comandante da Polícia Militar, mas vou, inclusive, ainda hoje, após essa  
229 reunião, entrar em contato com ele, com o chefe de gabinete, para que  
230 possa ser feito [interrupção no áudio] contato, também, nosso com o GT  
231 Agrário, que a Dra. Herena faz parte, para que a gente faça essa  
232 convocação ao Dr. César Mattar. DES. PRESIDENTE: Eu lhe agradeço,  
233 então. E eu também queria informar, antes de entrarmos aqui, queria  
234 informar aos nossos juízes agrários que eu entrei em contato com o  
235 diretor da Escola Superior da Magistratura para que nós  
236 providenciássemos um novo curso para os novos juízes agrários. Por  
237 quê? Eu estou vendo que o Dr. André quer ir para a capital, Dr. Amarildo

7

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

238 quer vir para a capital, o Dr. Haroldo quer ir para a capital, Dr. Manuel  
239 Maria quer vir para a capital, aí eu vou ficar sem juiz agrário, que hoje,  
240 hoje nós estamos muito bens servidos desses juízes. Então, eu, Dr.  
241 André, Dr. Haroldo... Cadê o Dr. Amarildo, que não chegou ainda, hein?!  
242 Será que ele está doente ainda? Bom, eu, então, entrei em contato, que  
243 ele ficou de verificar, e eu queria a ajuda dos senhores para nós  
244 escolhermos alguns magistrados que queiram ingressar na área agrária  
245 para fazer esse curso, não é? Viu, Dr. André, veja aí, Dr. Haroldo também.  
246 Todo mundo quer vir para a capital... Todo mundo tem que correr na  
247 carreira, não é? Eu vejo que eu estou perdendo os juízes agrários. Não  
248 sei se eu fiz bem. Dr. André, o senhor não quer vir para a capital? SR.  
249 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Um dia, sim. Um dia.  
250 DES. PRESIDENTE: Dr. Haroldo também, não é? SR. ANDRÉ LUIZ  
251 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: [pronunciamento fora do  
252 microfone]. SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Não, desembargador,  
253 não tenho interesse. DES. PRESIDENTE: Ainda não? Ah, que bom,  
254 então! SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Não, não tenho interesse.  
255 DES. PRESIDENTE: A área agrária lhe agradece. SR. HAROLDO DA  
256 SILVA FONSECA: Obrigado. DES. PRESIDENTE: E aos demais  
257 também, se não quiserem. Mas mesmo assim, eu, já me antecipando,  
258 coloquei à disposição, e o Dr. André deve ser um dos professores, viu,  
259 um dos professores desta nova turma de direito agrário, tá? **ITEM 2:** Bom,  
260 então, vamos passar para o segundo item, que é: informe participação da  
261 Ouvidoria Agrária em uma reunião operacional acerca da reintegração de  
262 posse [ininteligível] Parque das Palmeiras, um empreendimento que  
263 ocorreu em 9/6/2021. A reunião operacional ocorreu no dia 9/6. A  
264 ouvidoria se fez presente e a secretaria apurou o seguinte: imóvel, vinha  
265 a localização toda, houve deferimento da medida liminar pela juíza, não  
266 é, e... só que o desembargador Ricardo Ferreira, ele deferiu o pedido de  
267 efeito suspensivo e foi suspensa. Antes, nós estivemos em uma outra  
268 reunião, que estava... Bom dia, Dr. Mazutti. Que estava também uma  
269 reintegração de posse, não era da Ouvidoria Agrária, e sim Urbana, mas  
270 era conflito coletivo, nós lá se fizemos presentes, e também foi  
271 suspensa... suspensa não, foi realizada esta... mas tudo dentro dos

8

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

272 conformes, com todos nós presentes lá. **ITEM 3:** Bom, o Item 3º é  
273 solicitação encaminhada por esta Ouvidoria aos juízes titulares das  
274 regiões agrárias requerendo a listagem do processo que aguardam força  
275 policial, considerando-se os casos prioritários para que seja feito o  
276 acompanhamento junto ao Comando de Missões Especiais. No dia 25/6,  
277 foi encaminhado ofício aos cinco juízes titulares de cada região agrária  
278 para conhecimento e providências cabíveis. É 25/5, não do 6, viu, Dr.  
279 Laércio?! SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Perfeito,  
280 Excelência. DES. PRESIDENTE: Responderam [ininteligível] os  
281 senhores: Dr. André Filo-Creão, Dr. Amarildo Mazutti, Antônio Vilar,  
282 Manuel Maria. Resta obter a resposta só do juiz agrário... que também já  
283 está se comprometendo a fazê-lo. **ITEM 4:** O nº 4 é o ofício remetido à  
284 Ouvidoria pela presidência do TJ-PA, ao qual encaminho para  
285 conhecimento e provimento decisão proferida pelo ministro do Supremo  
286 Tribunal Federal Luís Roberto Barroso da Arguição de Descumprimento  
287 de Preceito Fundamental nº 828, na qual atua como relator. A presidente  
288 do Tribunal encaminhou à Ouvidoria Agrária Circular 76/2021 ontem, para  
289 atendimento ao requerimento formulado pelo Ministério Público do Ofício  
290 nº 574/2021, no qual solicita a quantidade de reintegrações de posses  
291 pendentes de cumprimento, com indicação em respectivos processos: a  
292 relação das reintegrações de posse pendentes e afetada pela suspensão  
293 determinada na ADF nº 828; a relação das reintegrações de posse  
294 pendentes e não afetadas pela medida cautelar. Essa solicitação da  
295 presidência também foi encaminhada aos juízes agrários de ordem do  
296 ouvidor. Então, Srs. Juízes agrários, eu preciso dessa resposta o mais  
297 urgente possível para nós podermos, primeiro, atender o pedido do  
298 Ministério Público e, em seguida, colocar em prática a decisão do ministro  
299 Barroso. Nós não podemos ficar... a minha assessoria... Eu ouvi já  
300 informar que: "Ah, porque o ministro Barroso acabou com a propriedade  
301 privada". Não é bem assim. Não é bem assim. Nós estamos em plena  
302 pandemia, e a pandemia, nós devemos saber que ela criou muitos laços,  
303 houve muita morte, muitos amigos meus e seus também foram embora,  
304 e nós temos que entender essa situação. É por seis meses, naquelas  
305 situações tipificadas pelo nosso ministro, não é? Então-- SR. LAÉRCIO

9

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

306 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Excelência. DES. PRESIDENTE: Pois  
307 não. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Devo informar que  
308 nós recebemos ainda há pouco a resposta que o Dr. Manuel Maria, titular  
309 da região agrária de Santarém enviou à Presidente, para que nós  
310 tivéssemos conhecimento de que ele já fez essa resposta. DES.  
311 PRESIDENTE: Ah, tá. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
312 Recebemos ainda há pouco. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA  
313 DA FONSECA: Desembargador? DES. PRESIDENTE: Pois não. SR.  
314 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Só para informar  
315 que eu recebi esse expediente ontem e eu já respondi também para a  
316 presidência e para a Ouvidoria. Respondi ontem à tarde, tá? Se o Laércio  
317 quiser anotar os Siga-docs... Então, o 2021/2948 e 2021/2949, tá?  
318 Presidência e Ouvidoria, respondi ontem. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
319 ROSA JUNIOR: Tá. Perfeito. Anotei. SR. HAROLDO DA SILVA  
320 FONSECA: Desembargador, só gostaria de avisar que sim, já estou  
321 providenciando. Ainda hoje, ainda... ao final da reunião já vai estar com a  
322 informação. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. Dr. Amarildo. SR.  
323 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Eu... Bom dia a todos. DES. PRESIDENTE:  
324 [ininteligível]. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Sim, eu estou  
325 providenciando. Eu acredito que até, no mais tardar, segunda de manhã  
326 já está pronto, que eu tenho muito processos aqui, eu tenho que analisar  
327 um por um, mas eu devo estar mandando ou hoje até o final do dia ou,  
328 senão, segunda-feira. DES. PRESIDENTE: Tá bom. E o senhor está  
329 melhor? Estava ruim de saúde, está melhor? SR. AMARILDO JOSÉ  
330 MAZUTTI: É, eu estou melhor, estou melhor. Eu tomei a vacina, essa  
331 vacina de AstraZeneca, e na primeira noite eu passei tremor de frio, no  
332 outro dia quase morri. Na verdade, eu acho que agora só vou durar mais  
333 uns 150 anos pelo jeito, porque foi terrível. Essa vacina, AstraZeneca, dá  
334 efeitos colaterais terríveis. Mas agora já foi, não é? DES. PRESIDENTE:  
335 É. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Graças a Deus. DES. PRESIDENTE:  
336 Ah, muito bem. Agradeço em nome da Ouvidoria, tá? Respostas para nós  
337 atendermos quando necessário. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
338 JUNIOR: Desembargador? DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. LAÉRCIO  
339 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: O Dr. Solano deseja a palavra. DES.

10





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

340 PRESIDENTE: Pois não. Dr. Solano. Cadê ele? Não estou vendo. SR.  
341 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelentíssimo Sr.  
342 Desembargador, presidente da comissão, bom dia. Bom dia a todos os  
343 membros da comissão. DES. PRESIDENTE: Bom dia. SR. MÁRIO  
344 ALFREDO SOUZA SOLANO: É uma satisfação de vê-los todos bem, com  
345 saúde, e agora que eu estou sabendo da recuperação do nosso juiz da  
346 Vara Agrária de Marabá. Estimo a sua saúde também. Eu passei pelo  
347 mesmo processo na semana passada com a AstraZeneca. De forma  
348 objetiva, desembargador, vamos deixar para o que ocorrer, era... Já  
349 passou a situação, era aquela primeira situação referente à questão do  
350 esbulho que aconteceu na Fazenda Triângulo e Iguaíba. Vou deixar para  
351 o que houver, assim como a decisão do ministro Luís Roberto Barroso. O  
352 senhor pode continuar a reunião. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE:  
353 Pois não. **ITEM 5**: Bom, aí eu encaminhei aos senhores, para as  
354 considerações, o projeto de lei que transforma a Ouvidoria Agrária, no  
355 Poder Judiciário, em Ouvidoria Fundiária. Os senhores receberam a  
356 minuta, bem como a sua explicativa, a todos os membros, e eu queria  
357 perguntar aos senhores: temos alguma coisa para mudar? Se tiver  
358 alguma coisa para mudar, me encaminhe o mais breve possível, tá certo?  
359 Tá? Quero a ajuda dos senhores não só, não só dos promotores, da  
360 Defensoria Pública, do Incra, do Iterpa, dos juízes agrários, não é, para  
361 nós fazermos a coisa com consistência. Por exemplo, recentemente,  
362 agora, ontem, saiu uma portaria de exoneração de um assessor aqui da  
363 Ouvidoria. Quando nós recebemos alguma correspondência, a  
364 determinação aqui do ouvidor é para responder no máximo em 24 horas,  
365 e algumas pessoas aqui da Ouvidoria estavam protelando, não é? Cria  
366 um costume, isso, daquilo... Por que em 24 horas? Porque quando nós  
367 mandamos algum expediente para qualquer... um órgão, o órgão  
368 responde em 24 horas, no máximo, em 24 horas, e por que também a  
369 Ouvidoria assim não o faz? Então, sendo assim, eu solicitei, não é? Nada  
370 contra funcionários, mas nós temos que ser ágeis. Como a gente estava...  
371 não estava, assim... Dr. Solano, [ininteligível] o seu microfone. SR.  
372 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Perdoe-me. DES. PRESIDENTE:  
373 O senhor está falando. Então, gente, nós tomamos essa liberdade. Saiu

11





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

374 depois nós vamos repor funcionário, dependendo do que o Tribunal tenha  
375 de funcionário, para nós seguirmos o nosso caminho de reagendamento  
376 da nossa Ouvidoria, ou seja, de reorganizar a Ouvidoria. Então, eu queria  
377 receber dos senhores algumas considerações, porque isso aqui foi feito  
378 eu e o Dr. André, não é? O Dr. André teve uma participação *sine qua*  
379 nessa minuta do projeto, tá? E se tiverem alguma coisa para acrescentar,  
380 para modificar... Isso, depois, vai para aprovação da comissão no  
381 Tribunal, depois vai ser visto se tem condições de... numerária para  
382 atender, porque tem questão de cargos aqui também, e se tiver  
383 condições, aí vai para o pleno, ser aprovado ou não, e depois disso é que  
384 vai ser encaminhado para a Assembleia Legislativa o projeto de lei. Isso  
385 aqui... Então, eu pediria a colaboração dos senhores, no máximo de  
386 [interrupção no áudio]. Acho que já tem um tempo com os senhores aí, tá,  
387 essa minuta, tá bom? E, desde logo, agradeço. **ITEM 6:** No Item 6,  
388 informações sobre atividade realizada pelo Grupo de Trabalho Marajó.  
389 Solicita informações aos membros-- SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA  
390 VARELLA NEIVA: Desembargador. DES. PRESIDENTE: [ininteligível] do  
391 GT Marajó. Pois não. SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA  
392 NEIVA: O senhor está me escutando? É porque está com... acho que--  
393 DES. PRESIDENTE: Estou, sim. SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA  
394 VARELLA NEIVA: É Janyce, aqui da PGE. DES. PRESIDENTE: Pois  
395 é(F). SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA:  
396 Desembargador, a PGE não se manifestou em relação à legislação  
397 porque provavelmente vem para a gente, para o nosso setor, para a gente  
398 se manifestar quando for da assinatura do governador. Então, assim, para  
399 evitar até qualquer conflito, alguma coisa, a gente deixou para se  
400 manifestar no momento oportuno, mas a gente vai encaminhar as nossas  
401 considerações. DES. PRESIDENTE: Tá bom. SRA. JANYCE MARIA DE  
402 ALMEIDA VARELLA NEIVA: Só para lhe justificar, tá bom? DES.  
403 PRESIDENTE: Tá. Mas eu lhe agradeço, doutora. Vamos deixar essa  
404 parte final de lado, não é, mas seria a colaboração sua para a nossa  
405 comissão, para-- SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA:  
406 Pode deixar. DES. PRESIDENTE: Só, tá? SRA. JANYCE MARIA DE  
407 ALMEIDA VARELLA NEIVA: Pode deixar que eu vou encaminhar.

12

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

408 Obrigada. DES. PRESIDENTE: Assim como da Dra. Herena, do Dr.  
409 Waldir, do Dr. Amarildo, ou seja, dos nossos... do Dr. Solano. Ou seja,  
410 vamos unir esforços, tá? Agora-- SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA  
411 FILHO: Com certeza. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE  
412 MELO: Dr. Mairton. DES. PRESIDENTE: [ininteligível]. SR. WALDIR  
413 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Com certeza, Dr. Mairton. SRA. HERENA  
414 NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Dr. Mairton. DES. PRESIDENTE:  
415 Pois não. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Eu me  
416 comprometo, viu, a encaminhar até terça-feira sugestões-- DES.  
417 PRESIDENTE: Tá bom. Obrigado. SRA. HERENA NEVES MAUÉS  
418 CORRÊA DE MELO: Ou, então, dizer que está excelente e não botar  
419 sugestão nenhuma. [risos] DES. PRESIDENTE: Dr. Waldir-- SRA.  
420 HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Obrigada. DES.  
421 PRESIDENTE: Tá. Bom, então, vamos... Agora, veja bem, eu estou  
422 solicitando informações aos membros presentes do GT Marajó. Quem é  
423 da comissão, hein?! Olha, quando eu criei essa comissão, eu disse aos  
424 senhores: quando a gente quer jogar coisa, não é, cria comissão, joga  
425 para uma comissão. Está aí, não está dando outra(F). Dr. Tiago está  
426 presente? É o Dr. Tiago que está a par disso, não é? Pois é. Aí, veja bem,  
427 só fica o Dr. Tiago nessa situação para prestar as informações. Eu queria  
428 saber... Quem é o... qual dos membros que está hoje aqui presente da  
429 comissão? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador.  
430 DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
431 Solano é um dos membros aqui pela Faepa presente. DES.  
432 PRESIDENTE: Tá bom. Quem mais? SRA. CAROLINE BASTOS DO  
433 AMARANTE: Eu pelo Incra. DES. PRESIDENTE: Dra. Carol. SRA.  
434 CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: [pronunciamento fora do  
435 microfone]. DES. PRESIDENTE: Dra. Carol, bom dia. SRA. CAROLINE  
436 BASTOS DO AMARANTE: Bom dia. DES. PRESIDENTE: Sempre bonita.  
437 [risos] SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Obrigada. DES.  
438 PRESIDENTE: Eu quero dizer aos senhores-- SR. GIROLAMO  
439 DOMENICO TRECCANI: Eu integro essa comissão. Não participei muito,  
440 mas estou lá. DES. PRESIDENTE: Prof. Girolamo, cadê? Ele não fala  
441 nada. Cadê ele? SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Acabei de

13





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

442 falar, desembargador. [risos] DES. PRESIDENTE: O senhor não se faz  
443 membro da comissão, não, do Marajó? SR. GIROLAMO DOMENICO  
444 TRECCANI: Sim, é isso que estava dizendo. Participei muito pouco, mas  
445 estou lá, acompanhando mais de longe do que... DES. PRESIDENTE:  
446 Pois é. Eu queria um empenho maior. SR. GIROLAMO DOMENICO  
447 TRECCANI: Na reunião, eu tinha outra agenda, é complicado-- DES.  
448 PRESIDENTE: Mas eu queria um empenho maior. Eu queria um  
449 empenho maior, porque nós temos que encaminhar algum estudo, mas  
450 um estudo concreto em relação a Marajó. Nós não temos até o momento.  
451 Ficou só com o Dr. Tiago. Não pode ser assim. Não é uma comissão?  
452 Viu, Dr. Solano, Dra. Carol, vamos nos reunir. Se tiver dificuldade, me  
453 procure para ver se nós ajeitamos um... damos um jeito para resolver essa  
454 situação. O que não pode continuar é simplesmente eu ficando chato,  
455 dizendo a vocês isso aqui, aquilo e outro, e não resolve nada. SR. MÁRIO  
456 ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador-- DES. PRESIDENTE:  
457 Pois não. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: [falha no áudio].  
458 DES. PRESIDENTE: Diga. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
459 [ininteligível] uma explicação ao senhor e todos os membros que  
460 acompanharam recentemente a uma reunião, ainda este ano, no início  
461 deste ano, onde foi trocada a coordenação do Grupo de Trabalho do  
462 Marajó, não é, e nós estamos esperando, obviamente, como membros,  
463 tem uma coordenação e nós estamos esperando justamente o  
464 chamamento para poder participar de uma reunião, mesmo que virtual,  
465 para que dê encaminhamento nos trabalhos que foram iniciados sob a  
466 coordenação do Dr. Moura(F) Pádua. Esse é o encaminhamento, e pode  
467 ter certeza que da nossa parte nós vamos provocar por aqui essa reunião  
468 o mais breve possível. DES. PRESIDENTE: Pois é, doutor [interrupção  
469 no áudio] também essa comissão já foi criada há muito tempo atrás, mas  
470 muito tempo atrás, antes, inclusive, desse complexo do Marajó aí, e nada  
471 foi revisado. Então, nós estamos muito longe de uma solução... de uma  
472 solução não, de um encaminhamento sério para nós termos o que  
473 resolver. Não podemos ficar esperando e eu cobrando, cobrando,  
474 cobrando. Eu me acho até antipático em chegar e simplesmente cobrar  
475 uma coisa que nós já deveríamos ter feito há muito tempo, mas, conforme

14

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

476 Sua Excelência está falando... Até quando eu poderei esperar, Dr.  
477 Solano? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Da nossa parte, da  
478 nossa parte no que se refere à questão da Faepa, pode ter certeza,  
479 desembargador, que até o final desse mês estará encaminhado. Agora,  
480 obviamente, eu vou ter que solicitar ao coordenador que faça a reunião  
481 para que todos possam avaliar os documentos e todas as informações  
482 que nós temos. Pela Faepa, nós já temos aqui o encaminhamento  
483 sumário, uma pequena minuta sobre o que a gente entende do que a  
484 gente recebeu de documentação, para que a gente possa encaminhar. A  
485 sua angústia, pode ter certeza, é a angústia de muitos membros que  
486 compõem esta comissão. DES. PRESIDENTE: Dra. Carol, e a senhora  
487 tem para me dizer o quê? SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE:  
488 Dr. Mairton, eu entrei na comissão já no final... Assim, a comissão já  
489 existia, eu entrei mais para o final, acompanhei apenas de uma reunião,  
490 que foi feita até lá na sede do Ministério Público Federal. Aí, depois disso,  
491 não teve mais reunião. Eu não sei se foi por causa da pandemia também,  
492 que atrapalhou, e... ai, eu estou tipo o Dr. Solano, estou aguardando a  
493 orientação para a convocação por parte da coordenação para dar  
494 continuidade, não é, a [ininteligível]-- DES. PRESIDENTE: Então, eu  
495 queria pedir, tanto ao Dr. Solano quanto à Dra. Carol, para que entrassem  
496 em contato com o Dr. Tiago para ver se nós damos a celeridade nessa  
497 situação, porque confesso aos senhores, isso está me causando já  
498 angústia quando eu vejo novamente em Pauta esse tipo de situação.  
499 Então, eu-- SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador?  
500 DES. PRESIDENTE: Sinceramente, não gosto desse tipo de situação.  
501 Então, eu pediria, sinceramente, pediria aos senhores para que fizessem  
502 os encaminhamentos junto ao Dr. Tiago, nem que seja uma reunião  
503 rápida entre vocês, entre os componentes da comissão, para que  
504 solucionasse logo isso. Acredito que eles já tenham alguma coisa, não é,  
505 já palpável para nós fazermos os encaminhamentos devidos, inclusive,  
506 para ajudar o próprio Governo Federal, e o Estadual, não é, para soluçar  
507 alguma coisa lá no Marajó, certo? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
508 SOLANO: Desembargador? DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. MÁRIO  
509 ALFREDO SOUZA SOLANO: Referente à questão pela Faepa, posso

15

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

510 dizer que será dado o encaminhamento que o senhor está solicitando.  
511 Como eu disse, a angústia é de todos nós em termos uma resposta e  
512 pacificar justamente esse imbróglio que existe na questão da  
513 dominialidade de terras do Marajó, e ainda este mês pode ter certeza que  
514 daremos o encaminhamento, uma informação para o senhor, para o  
515 senhor estar ciente dos trabalhos que estarão sendo realizados pela  
516 comissão, tá? Eu peço desculpa aqui pela Faepa, mas obviamente tem  
517 uma coordenação que, por uma questão de respeito e ética, nós temos  
518 que seguir. Então, me comprometo com o senhor de fazer essa tratativa  
519 com o Dr. Tiago e alguns membros que aqui estão, como o Prof. Girolamo,  
520 como, por exemplo, a representante do Incra, para que a gente possa  
521 justamente terminar esse trabalho, que realmente é muito importante para  
522 o nosso estado e para o país. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Tá. Muito  
523 obrigado, então, tá? Então-- SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
524 JUNIOR: Desembargador? DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. LAÉRCIO  
525 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: A nível de conhecimento, o Dr. Tiago  
526 informou há pouco que não conseguiu participar dessa reunião e também  
527 ressalta que está em período de férias. DES. PRESIDENTE: Uhum. SR.  
528 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Por isso ele não se fez  
529 presente hoje. DES. PRESIDENTE: Tá. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
530 ROSA JUNIOR: Tá bom? Dr. Girolamo pediu a palavra, Excelência. DES.  
531 PRESIDENTE: Tá. Mesmo de férias, viu, coronel Solano e Dra. Carol,  
532 entrem em contato com ele para ver se nós resolvemos isso o mais breve  
533 possível. Dr. Girolamo, pois não. SR. GIROLAMO DOMENICO  
534 TRECCANI: Obrigado, Excelência. Eu gostaria de manifestar no seguinte  
535 sentido: nós todos sabemos da complexidade da situação do Marajó,  
536 todos nós temos interesse em encontrar respostas para essa situação tão  
537 complexa e difícil. É uma região muito esquecida ao longo de muito tempo  
538 e que merece, portanto, o carinho e a atenção que Vossa Excelência está  
539 mostrando. No que diz respeito ao Fetagri, como disse, infelizmente,  
540 na reunião que foi marcada, eu não tive possibilidade, por questão de  
541 agenda, de participar, mas nosso compromisso enquanto federação de  
542 acompanhar esse debate continua exatamente porque entendemos ser  
543 estratégico encontrarmos respostas que possam atender aos interesses

16

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

544 dos moradores de lá e da sociedade paraense no sentido mais geral.  
545 Muito obrigado por lembrar e cutucar a nossa comissão para que ela  
546 exerça suas funções. DES. PRESIDENTE: É porque o senhor está  
547 acostumado já com comissão também, não é, Dr. Girolamo? É professor,  
548 sabe muito bem que quando você quer procrastinar alguma coisa, cria  
549 uma comissão, joga para uma comissão, não é, Dr. Procurador Waldir  
550 Macieira? É isso. Então, eu, na época, falei isso. Foi em 2019 que foi  
551 criada essa, se não me falhe a memória, essa comissão, e até hoje não  
552 tem resultado. Mas vamos ver se agora tem. Bom, vamos-- SR. WALDIR  
553 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Eu acho... Viu, Dr. Mairton? DES.  
554 PRESIDENTE: Pois não. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Há  
555 controvérsias, não é, sobre a... [risos] SR. WALDIR MACIEIRA DA  
556 COSTA FILHO: De algumas comissões, mas eu acho que agora, sob sua  
557 coordenação, e o incentivo, o estímulo, creio que agora vai avante. Como  
558 o Dr. Girolamo também, o Dr. Solano falou, existe realmente uma  
559 preocupação de todos nós, não é, de todos os segmentos em relação pelo  
560 Marajó, até o Governo Federal agora está tendo um olhar também pelo  
561 Marajó. Então, vamos nos dar as mãos, não é, para que a gente possa  
562 realmente, também aqui, na nossa comissão, poder dar uma atenção  
563 maior a essa região um pouco esquecida do nosso estado. DES.  
564 PRESIDENTE: Mas é o que eu digo, não adianta só a preocupação. Da  
565 preocupação tem que passar para a ação. Nós temos que agir, viu,  
566 doutor?! Temos que agir. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:  
567 Concordo, Excelência. Concordo, Excelência. DES. PRESIDENTE:  
568 [ininteligível]. **ITEM 7:** Então, vamos passar para o que ocorrer? O que  
569 ocorrer, não é? Eu já falei tudo o que tinha que falar, não é? SR. MÁRIO  
570 ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador? DES. PRESIDENTE:  
571 Pois não. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Eu pedi a palavra no  
572 que ocorrer, por favor. DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. MÁRIO  
573 ALFREDO SOUZA SOLANO: Voltando ao assunto sobre a questão das  
574 duas propriedades, na verdade. Além da Triângulo, a gente teve caso da  
575 Iguaiá, em Goianésia, no Pará. Nós acompanhamos aqui pela  
576 federação, até que nos provem ao contrário, o que nós tomamos  
577 conhecimento foi o cumprimento de esbulho possessório, não é? Houve

17





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

578 uma invasão nessa propriedade, foi comunicado à polícia, o delegado  
579 diligente, Dr. Ivan, agiu no mesmo dia em que houve a invasão da  
580 propriedade. O que nós sabemos foi isso, e até que prove o contrário,  
581 obviamente vamos aguardar as investigações, não é, a ação foi uma ação  
582 legítima e legal. Portanto, fica aqui essa observação diante do que nós  
583 acompanhamos por aqui. E isso pacificou, inclusive, a situação no local.  
584 Existe um processo em tramitação sobre essas duas propriedades. O fato  
585 de estar em processo não significa que dê direito a pessoas, grupos,  
586 obviamente, invadirem a propriedade, causando danos, ameaça, entre  
587 outras coisas. Portanto, com toda a situação, existe os dois lados da  
588 história, não é? Então, fiz questão de contar o outro lado da história da  
589 ação diligente do delegado, o Dr. Ivan. Sobre a questão do ministro-- DES.  
590 PRESIDENTE: Coronel Solano, [ininteligível]-- SR. MÁRIO ALFREDO  
591 SOUZA SOLANO: Pois não. DES. PRESIDENTE: Só um esclarecimento.  
592 SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: [pronunciamento fora do  
593 microfone]. DES. PRESIDENTE: O senhor falou que tem dois processos  
594 em andamento, não é isso? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: É,  
595 existem processos em andamento sobre essas propriedades. DES.  
596 PRESIDENTE: Vara agrária ou não? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
597 SOLANO: Senhor? DES. PRESIDENTE: Da vara agrária ou não? SR.  
598 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Não, não. Que eu saiba, não. DES.  
599 PRESIDENTE: Pois é. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Tá?  
600 DES. PRESIDENTE: Isso aí me faz lembrar que a vara agrária, as  
601 pessoas pensam que podem fazer acontecer. Não é bem assim. Nós  
602 temos as varas agrárias. Aí, por exemplo, esse de ontem, a que ia ser  
603 feito, é lá de Marituba. É um coletivo que está sendo feito, e é área  
604 subordinada à Vara Agrária de Castanhal. Não tem porquê a juíza de  
605 Marituba ter concedido liminar. Quem tinha que fazer qualquer coisa era  
606 o juiz que está preparado para assim o fazer, que é o juiz agrário, certo?  
607 Agora-- SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador--  
608 DES. PRESIDENTE: Eu não sei qual é a situação, se houve o esbulho  
609 possessório, a invasão, ou alguma ação foi feita... no mesmo dia, foi tirado  
610 pela polícia, isso é outra coisa. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
611 Formação em flagrante. DES. PRESIDENTE: Pois é. É outra coisa, não

18





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

612 é? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Exatamente. DES.  
613 PRESIDENTE: Agora, se existem processos e não é agrário, os  
614 advogados... Me permitam, cadê o defensor público? Ele estava aqui na  
615 ocasião? Não, não veio, não é? É. Deveria ter visto isso e colocado a  
616 situação para que fosse encaminhado para a vara agrária. Não adianta a  
617 gente tentar por outros meios, que não vai dar certo, não é? SR. MÁRIO  
618 ALFREDO SOUZA SOLANO: Sim. Eu me comprometo com o senhor de  
619 pegar a informação desses dois processos dessas duas propriedades e  
620 lhe encaminhar e dar ciência do que está tramitando na divisa(F) judicial.  
621 DES. PRESIDENTE: Tá, me-- SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
622 Agora, o que eu queria esclarecer é exatamente a ação que a polícia fez-  
623 - DES. PRESIDENTE: Não, tá bom. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
624 SOLANO: [ininteligível] flagrancial e que realmente, obviamente, tem os  
625 dois lados da história. De um lado-- DES. PRESIDENTE: Ah, sim. Está  
626 certo. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Não é, contando...  
627 chegando até o senhor, mas o que nós tomamos conhecimento, volto a  
628 lhe dizer, foi uma ação diligente do Dr. Ivan e que possibilitou que não  
629 houvesse nenhum tipo de conflito maior, que isso poderia ocorrer  
630 obviamente se não fosse dada essa solução. Essa era a observação  
631 sobre o fato da Fazenda Triângulo. Eu pediria, agora, para falar sobre a  
632 decisão do ministro Luís Roberto Barroso, se for possível. DES.  
633 PRESIDENTE: Pois não, vamos lá. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
634 SOLANO: Pois não. Desembargador e Srs. Membros, eu peço atenção  
635 para essa decisão. Obviamente que nós entendemos, aqui, pela  
636 federação, mas assim como aconteceu em janeiro deste ano, onde nós  
637 tivemos uma lei estadual que deu um encaminhamento muito... similar,  
638 não é, a essa decisão do ministro Barroso e causou um transtorno  
639 considerável para alguns produtores rurais em nosso estado, não é?  
640 Teve, como consequência... Só para ter uma ideia, a Fazenda Triângulo  
641 foi uma das que teve a propriedade, obviamente, turbada. Então, o que é  
642 que acontece? Há uma interpretação, não é, não só de movimentos  
643 sociais, que eu não considero movimentos sociais quem comete crime, e  
644 pessoas, obviamente despretensiosas, pessoas que estão com má-fé, se  
645 utilizam muitas vezes dessas decisões para cometer ilícitos, como, por

19

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

646 exemplo, invasão de propriedade, porque... achando que podem invadir  
647 nesse período que estão suspensos os cumprimentos e a decisões.  
648 Então, era interessante que pudesse esclarecer isso, porque a gente  
649 precisa de passar essa orientação também para os produtores, que ficam  
650 preocupadíssimos com decisões como essa, que passam uma  
651 mensagem... obviamente, não para quem tem entendimento. Estou  
652 falando para aqueles que cometem o ilícito baseado e acham que estão  
653 fundamentados, por exemplo, ah, agora em uma decisão do ministro  
654 Roberto Barroso. Portanto, eu peço esse auxílio ao senhor e aos  
655 membros para que a gente possa manter a pacificação no campo mesmo  
656 durante esse período de suspensão de cumprimentos de determinações  
657 judiciais. Eram essas as observações. Muito obrigado. DES.  
658 PRESIDENTE: Agora, veja bem, coronel, foi efetuada decisão e cabe a  
659 quem de direito recorrer ao pleno, entrar com recurso, já que está  
660 insatisfeito, contra a decisão do ministro Barroso. Enquanto isso, nós, do  
661 Judiciário, temos a obrigação de cumprir, não é? Temos a obrigação de  
662 cumprir, não... mas não temos que cumprir decisões que sejam  
663 teratológicas. Não é o caso. Ele colocou todo o motivo, porque ele estava  
664 dando aquela decisão, porque estava fazendo aqueles encaminhamentos  
665 todos, e, naquelas exceções, o Tribunal de Justiça do Estado de Pará  
666 deve participar. Agora, ir contra a decisão nós não podemos. Não  
667 podemos, porque é uma decisão coletiva e que nós, do Pará, temos que  
668 obedecer completamente, não é? Fique certo disso, mas nas exceções,  
669 exceções que o próprio ministro coloca, não é, o Judiciário vai trabalhar,  
670 sim, não vai ficar inerte, não, viu, Dr. Amarildo, Dr. André Filo-Creão?! Por  
671 onde ele anda? Dr. Haroldo. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
672 FONSECA: Estou aqui, desembargador, estou lhe ouvindo. DES.  
673 PRESIDENTE: Pois é. Eu não sei porque o senhor não está aparecendo,  
674 nem o Dr. Solano, certo? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
675 FONSECA: Olhe, é que às vezes dá um *bug* aqui-- DES. PRESIDENTE:  
676 Está muito pequeno o nosso-- SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA  
677 DA FONSECA: Às vezes, dá um *bug* aqui no sistema, eu não sei bem,  
678 mas com relação a essa decisão, desembargador, inclusive na resposta  
679 que eu encaminhei para Vossa Excelência e para a presidente do

20





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

680 Tribunal, eu esclareci que a Vara Agrária da região de Castanhal, sensível  
681 que está a essa realidade da pandemia, ela já não vinha realizando, neste  
682 momento de profunda dificuldade, neste momento caótico que passa o  
683 país, os cumprimentos de reintegração de posse em conflitos coletivos. E  
684 por quê? Porque se as autoridades sanitárias, elas afirmam que o  
685 momento é de se evitar aglomerações, de se evitar grande quantidade de  
686 pessoas reunidas, seria incongruente o Poder Judiciário determinar uma  
687 medida de reintegração de posse coletivo diante de uma situação  
688 [ininteligível] que nós vivemos. É claro, a nossa expectativa é que, se  
689 Deus quiser, as questões tendem a melhorar em um curto espaço de  
690 tempo, e quando houver condições sanitárias, quando houver segurança  
691 para o cumprimento das decisões judiciais, elas serão, sim, realizadas,  
692 serão observadas, porque faz parte do jogo democrático exatamente a  
693 observância das decisões do Poder Judiciário, mas eu penso que neste  
694 momento, neste momento, não há condições seguras sanitárias para isso,  
695 e nós temos seguido com todas as cautelas as diretrizes da decisão do  
696 ministro Luís Roberto Barroso. DES. PRESIDENTE: Tá. Muito obrigado.  
697 Eu queria, também, esclarecer um fato, que eu tive uma reunião lá na  
698 Faepa com o ex-ministro da agricultura, não é, onde lá, inclusive, eu  
699 conclamei a ele, conclamei ao presidente da Faepa, até o Dr. Solano  
700 estava lá presente, para nós vermos se tínhamos uma solução, até para  
701 o próprio comandante da Polícia Militar, não é, para nós vermos se nós  
702 tínhamos uma solução inteligente, inteligente, para que os ocupantes de  
703 uma área, quando retirados não retornassem. O que está acontecendo,  
704 por exemplo, na comarca de Marabá, na região de Marabá, é uma coisa  
705 impressionante. Nós temos, se não me falhe a memória, dez reinvasões,  
706 ou seja, houve o cumprimento, mas aí novamente... a polícia sai, tira e  
707 logo a seguir vem. O que é que acontece? A Polícia Militar chega e diz:  
708 "Olha, você tem que...", para o proprietário da área, "tem que dar  
709 segurança sua agora". Aí o que ocorre? A pessoa vai, faz essa segurança,  
710 coloca lá, aí os ocupantes vêm novamente. Cria-se o conflito. Aí há morte,  
711 aí aquilo, não é, devido a essa reinvasão, reocupação. Então, eu estou  
712 querendo ver, inclusive conclamo os senhores também, para ver uma  
713 maneira inteligente de nós vermos como chegar e colocar para os

21

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

714 ocupantes, ou reocupantes, essa situação de forma inteligente, para que  
715 não haja morte, para que o fazendeiro depois não seja acusado também  
716 de ser criador de milícia, chefe de milícia, porque é uma parte é assim,  
717 outra parte é outra, e [ininteligível] casa... e a polícia sofre com isso, não  
718 é? Então, eu conclamo aos senhores, também, para que nós pensemos  
719 em uma solução inteligente. Já vieram algumas soluções, mas ainda não  
720 encaixou. Nós temos solução, sim. O ser humano é um criador de  
721 fantasias tremendas, então por que não vamos criar, inteligentemente,  
722 uma solução para isso? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
723 Excelência. DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. MÁRIO ALFREDO  
724 SOUZA SOLANO: Fazer uma observação. A primeira solução inteligente,  
725 Excelência, é obrigar que nos autos a parte seja identificada. O que tem  
726 ocorrido muito nos autos é a identificação da pessoa que está com  
727 problema... com a posse do imóvel, normalmente é identificada com CPF,  
728 CNPJ, seja o que for, nome completo que tem direito. Da outra parte, a  
729 parte que invadiu a propriedade, ou ocupou a propriedade, como queiram  
730 dizer, simplesmente aparece Zé Mundico(F) e outros, quando não há  
731 outro tipo de nome. Ou seja, eles ficam na impunidade, ficam migrando  
732 de invasão para invasão e sem a devida responsabilização e punição nos  
733 ditames da lei. Então, a primeira solução é essa, tem que identificar quem  
734 está no processo. Se estão questionando algum direito, não é, invadindo  
735 uma propriedade, e normalmente eles têm um defensor, e eles estão  
736 questionando algum direito, como é que não vão questionar direitos se  
737 não existe a pessoa juridicamente, ou se não existe a identificação dela  
738 em CPF, identidade? O senhor vai ver que em grande parte o que é que  
739 eles fazem? Isso é de praxe, a gente já conhece isso há décadas, vão  
740 dizer que não têm documento, que não têm informação. Isso aí é... Nós  
741 temos que passar por cima disso. Não se admite em pleno século 21 que  
742 a gente continue ainda permitindo que essas pessoas não sejam  
743 identificadas, até porque elas sabem que existe previsão legal na  
744 legislação do Incra, lei federal, e que caso as pessoas estejam envolvidas  
745 em invasão, elas não têm direito a ser incluídas em caso de reforma  
746 agrária. Então, a gente precisa realmente fazer com que... o que já nós  
747 temos de legislações possa realmente também trazer proteção, que é um

22





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

748 direito de quem está produzindo, é um direito de quem está na posse. Se  
749 quiser questionar, questione não com violência, não com agressão, não  
750 com ameaças, não é, entre outros crimes que são envolvidos nesse  
751 processo, mas nos ditames legais, como deve ser. Eram essas as  
752 considerações. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Deixa eu só fazer uma  
753 consideração-- SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Concedo(F)--  
754 DES. PRESIDENTE: Ao que acaba de falar, deixa eu só lhe informar.  
755 Esse fato, coronel, acontece desde quando eu entrei na magistratura,  
756 desde quando eu entrei na magistratura, essa situação de não  
757 conhecimento dos ocupantes, ou invasor, não é? Acontece desde quando  
758 eu entrei, e eu entrei em 1989, ou seja, século passado. Sua Excelência  
759 tem razão, não é, quando coloca isso, porque nós estamos décadas e  
760 mais décadas... e é por isso que eu estou conclamando os senhores, para  
761 que me deem uma solução, e essa solução não é viável, porque quando  
762 a turma chega, tipo uma situação... Por exemplo, um exemplo, um  
763 exemplo aqui. Nada em favor de política. Eu sou apolítico, tá? Mas, vejam  
764 bem, esfaquearam o Presidente da República. Graças a Deus,  
765 descobriram quem foi, porque naquela turma toda lá ninguém sabia quem  
766 era quem, mas, graças a Deus, descobriram ali, aquela situação. Então,  
767 quando há uma invasão, eles... o senhor sabe muito bem, que já foi até  
768 comandante da Polícia Militar, não é, sabe que eles... quando vai haver  
769 uma desocupação, o que é que ocorre? Eles colocam criança na frente  
770 para simplesmente mascarar a coisa, não é? Então, isso aí o senhor tem  
771 razão. Entretanto, nós temos que procurar uma solução, e é isso que eu  
772 estou procurando junto aos senhores. É uma coisa? Todos nós sabemos  
773 que é. Isso aí é óbvio, que tem que ser identificado, a lei que fala isso.  
774 Entretanto, nós temos essa dificuldade, não só o Judiciário, como a  
775 polícia, como o Incra, como o Iterpa, ou seja, todos os órgãos. A Fetagri  
776 também tem essa dificuldade. Então, se nós temos essa dificuldade, nós  
777 temos que, logicamente, ver uma maneira inteligente, ver se acabamos  
778 com isso. Dr. Haroldo queria falar? Pois não, Excelência. SR. HAROLDO  
779 DA SILVA FONSECA: Sim, desembargador. Só dar conhecimento à  
780 comissão e ao coronel que, assim, como medida que eu tenho tomado já  
781 para melhorar essa situação de identificação das partes, principalmente

23





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

782 [interrupção no áudio] impressão digital, já na audiência de justificação a  
783 documentação [interrupção no áudio] naquele processo sejam  
784 [interrupção no áudio] que possam [interrupção no áudio] audiências.  
785 Então, essas medidas a gente já tem tomado, coronel Solano, e a gente  
786 consegue identificar bem o processo. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
787 SOLANO: Parabéns, Dr. Haroldo. SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA:  
788 Seria isso, desembargador. SRA. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA  
789 DE MELO: Dr. Mairton. DES. PRESIDENTE: Pois não. SRA. HERENA  
790 NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO: Rapidamente. Eu precisava falar,  
791 elogiando o Dr. Haroldo, justamente isso que ele ressaltou, que nos  
792 processos da Vara Agrária de Redenção vem sendo feito totalmente  
793 diferente essa questão da identificação que o Dr. Mário Solano colocou.  
794 Outra situação é que o Dr. Haroldo, ele sempre vem cumprindo todas as  
795 determinações, seja em relação às recomendações do CNJ, seja decisão  
796 do ministro Barroso. Então, eu acho que nesse sentido, assim, nós  
797 estamos muito bem servidos. Queria agradecer o trabalho do Haroldo  
798 pela comissão, que a gente tem feito um trabalho bom, conjunto, e,  
799 principalmente, com essa questão de solucionar essas... Outra coisa que  
800 o Dr. Haroldo também tem muita sensibilidade é no cumprimento da  
801 recomendação dos direitos humanos, a nº 10 da Comissão Nacional dos  
802 Direitos Humanos, também em relação a que a gente não deixe as  
803 pessoas desalojadas, não haja perda. Ele sempre procura, assim,  
804 conversar, fazer realmente a solução estrutural do problema, não é, não  
805 apenas a questão da decisão. Um outro pedido é em relação a... e isso  
806 eu quero colocar em votação na comissão, é em relação à votação, se  
807 pode... se o coronel Solano poderia encaminhar esses processos judiciais  
808 em relação à Fazenda Triângulo, porque, como eu falei no início, não foi...  
809 não chegou até nós a nossa investigação do Ministério Público, que nós  
810 estamos com uma investigação, e chamando pessoas, não é, e falando,  
811 inclusive, com a promotora de Marabá, que é a promotora responsável  
812 pela fiscalização da atividade... do controle e atividade externa da  
813 atividade policial, não chegou até nós que se tratava de um processo de  
814 vara agrária, e o coronel Solano falou que foi um esbulho possessório.  
815 Então, se pudesse encaminhar para a comissão, para que a gente tivesse

24





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

816 esse conhecimento, para que não fiquem informações soltas no ar, não  
817 é, porque a gente precisa dessa transparência no nosso trabalho. Eu lhe  
818 agradeço, obrigada. DES. PRESIDENTE: Bom, quanto a isso aí, doutora,  
819 já foi efetivado, o Dr. Solano vai trazer, certo, e assim que traga, será dado  
820 conhecimento à comissão, está certo? Agora, doutora-- SR. MÁRIO  
821 ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador? DES. PRESIDENTE: Eu  
822 louvo, eu louvo o trabalho do Dr. Haroldo, não só do Dr. Haroldo, como  
823 do Dr. André... Aliás, de todos os juízes agrários, que eles assim o fazem.  
824 Entretanto, é bom esclarecer a todos que quem vai para a audiência não  
825 são todos, são alguns representantes só. Alguns representantes, não são  
826 todos, mesmo porque não cabe todo mundo no fórum, não é? Lá eles são  
827 identificados e coisa e outra, mas há, efetivamente, que haver uma  
828 identificação maior, mas para isso eu estou pedindo uma solução  
829 inteligente, não é? E vamos aguardar, vamos aguardar para ver se nós  
830 tenhamos uma solução de alguém, Dra. Carol, da Dra. Herena, do Dr.  
831 Amarildo, da Dra. Janyce, do Dr. Antonio Carlos Apolinário, então... e por  
832 aí vai. Do Dr. Girolamo, do Dr. André, do Dr. Mário Solano, não é? SR.  
833 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Ok. DES. PRESIDENTE: Da Dra.  
834 Eliana, da própria Dra. Adelaide, não é? Estamos em um esforço para ver  
835 se terminamos com... terminamos mesmo, com essa situação de invasão  
836 ou ocupação de áreas [ininteligível]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
837 JUNIOR: Desembargador? DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. LAÉRCIO  
838 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Também pediram a palavra, pela ordem,  
839 Dr. Girolamo-- DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. LAÉRCIO DOS  
840 SANTOS ROSA JUNIOR: E a Dra. Caroline em seguida. DES.  
841 PRESIDENTE: Dra. Caroline primeiro. SRA. CAROLINE BASTOS DO  
842 AMARANTE: Sim [ininteligível]. Ainda sobre a questão da identificação  
843 dos requeridos, quando o Incra recebe uma solicitação de informação dos  
844 juízes, das varas, quando há identificação, seja pelo nome, às vezes até  
845 completo, CPF, [ininteligível] a identificação [ininteligível] se for registrado  
846 como [ininteligível] da reforma agrária para que seja providenciada uma  
847 abertura de um processo, para que seja verificada a situação do  
848 [ininteligível] do Norte e, quiçá, posso até perder, porque, como Vossa  
849 Excelência mesmo falou, a legislação prega, não é, quem participou de

25

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

850 invasões, não pode participar do Programa de Reforma Agrária ou será  
851 excluído do programa. Então, quando tem essa... quando vem essa  
852 identificação, para o Incra é muito importante e... mas geralmente quando  
853 vem para a gente, no geral, vem assim “invasores não identificados”, ou  
854 vem apelidos, não é, por exemplo, assim, sei lá, “Zeção e outra”,  
855 “Raimundo sei lá das quantas e outra”. Realmente, fica difícil a  
856 identificação. Mas para o Incra é importante isso, porque se o Incra  
857 identificar que esses participantes de invasão são já assentados da  
858 reforma agrária, a gente consegue fazer o estudo do caso e até, se for  
859 aplicar a legislação mesmo, eles vão ser excluídos do Programa de  
860 Reforma Agrária. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Dr. Girolamo. SR.  
861 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Bom, eu queria duas questões,  
862 uma contribuição nesta discussão, e depois gostaria, Excelência, abordar  
863 outro no que ocorrer, evidentemente quando esse assunto se esgotar. Eu  
864 acompanho a questão dos conflitos no campo há algumas décadas, seja  
865 no estado do Pará, seja a nível de Brasil. Eu acho que houve uma  
866 significativa melhor na discussão destes conflitos, desses embates, pois,  
867 no passado remoto, anos atrás, nem tantos anos atrás, muitas vezes  
868 exatamente aquilo que a Dra. Carolina (sic) ainda agora, não é, este e  
869 outros, era o terror das pessoas que moram em uma determinada área,  
870 muitas vezes com direitos possessórios consolidados, e aí não vou entrar  
871 nessa discussão Fetagri e Faepa, não é esse o fórum nesse momento  
872 deste debate. Sempre estamos prontos a debater todas as questões, não  
873 acho que seja o momento para discutir isso. Mas voltando à questão  
874 principal, muitas vezes, anos atrás, o que é que a gente assistia? Pessoas  
875 não citadas no processo, nunca notificadas, que entravam, desculpa a  
876 expressão não muito técnica, no rolo, tá? Quando a polícia... e nem  
877 sempre só a polícia, polícia acompanhada por terceiros, ia em  
878 determinada área, o despejo também era de outros, e aí esse outros não  
879 tinha nada que ver com [ininteligível]. Agora, eu concordo que é  
880 fundamental os juízes das varas agrárias, e acredito eu que estejam  
881 fazendo isso, claro, não em tempo de pandemia, tá, isso [ininteligível], tá,  
882 quando perfeitamente com a posição que o Dr. André manifestou ainda  
883 agora, não é, manifestou... manifestou acho que é meio complicado, mas,

26





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

884 enfim, com a posição expressa pelo Dr. André, mas sempre nós  
885 defendemos a audiência, e, se for o caso, ainda do magistrado ir ao local.  
886 Sei que isso já virou praticamente rotina, portanto, parabênizo os juízes  
887 agrários que estão fazendo isso, mas isso é uma discussão que nós  
888 precisamos trabalhar muito bem, [ininteligível] eu acompanhei o  
889 levantamento... escrevi até um capítulo, mas acompanhei o lançamento  
890 do Caderno de Conflitos da CPT duas semanas atrás, e o que se registra  
891 no Brasil, Amazonas e no Pará é uma quantidade ainda enorme de  
892 conflitos que merecem toda a atenção do Poder Judiciário e da sociedade  
893 quando [ininteligível]. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Tá. Deixa eu...  
894 Quem queria falar mais, Laércio? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
895 JUNIOR: Desembargador... Doutor, o Dr. Mazutti deseja a palavra. DES.  
896 PRESIDENTE: Mazutti, por favor, está com a palavra. SR. AMARILDO  
897 JOSÉ MAZUTTI: Bom, eu quero agradecer a oportunidade de falar aqui  
898 também. A situação das reocupações que o senhor mencionou na região  
899 de Marabá é porque aqui, na verdade, aqui o pessoal já fez até... são PhD  
900 em situação de invasões de terras, não é? Então, o problema é o  
901 seguinte... Quando cheguei na vara agrária, em 2015, existia um cidadão  
902 que estava em oito... era um pastor que estava como requerido em oito  
903 processos. Ele não era nem um requerido, não é, um [ininteligível]. Ele  
904 era uma entidade já, era uma entidade [ininteligível]. Então, o que nós  
905 fizemos? Começamos a identificar essas pessoas, não é? Identificar,  
906 sendo(F) que até hoje a gente não consegue... o próprio coronel Solano  
907 falou e é verdade, a gente não consegue... essas entidades... não  
908 consegue uma responsabilização jurídica. Então, o que acontece muito?  
909 Acontece o seguinte: o pessoal lá aposta justamente que o processo  
910 possa demorar para poder se consolidar na área da ocupação. Aí como a  
911 justiça "demora", demora, demora as ocupações, e eles vão vendendo a  
912 área. Alguns poucos ficam, não é, que realmente são as pessoas que  
913 querem um pedacinho de terra para plantar, não é, e aí entra o fazendeiro  
914 também, e o fazendeiro acaba comprando do pequenininho, vai  
915 incentivando para criar gado nessas áreas de ocupação. Temos um caso  
916 de quatro processos aqui, que o próprio advogado do requerido, no  
917 agravo de instrumento, mencionou para a desembargadora pedindo

27





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

918 gratuidade de justiça, que ele estava criando 14 mil cabeças de gado  
919 dentro da área de ocupação. A desembargadora falou no agravo de  
920 instrumento que quem cria 14 mil cabeças de gado em uma área de  
921 ocupação, 800 fora e mais umas culturas aí, tal, não é, que não pode ser  
922 pobre, que pode pagar as custas do agravo de instrumento. Acabaram  
923 pagando as custas do agravo de instrumento. Então, na verdade, muitas  
924 vezes, existe... eu sou a favor da reforma agrária, eu sempre fui, mas  
925 daquele pequenininho que quer, sim, um pedacinho de terra para plantar,  
926 para poder criar os filhos, para poder produzir na agricultura familiar.  
927 Agora, o que acontece é o seguinte: essa decisão do ministro Barroso nós  
928 vamos cumprir, logicamente, estamos em período de pandemia, não é, a  
929 trazer aquela situação. Eu temo que isso possa vir a incentivar novas  
930 ocupações agora, entendeu? Ao menos o que a gente fica sabendo das  
931 mobilizações no campo aí para que possam ocupar as outras áreas, não  
932 é? Espero que isso não aconteça, mas nós estamos aqui... nós  
933 cumprimos a lei, não é, a lei, estamos aqui para... vou suspender todas  
934 as reintegrações que estavam programadas, não é, e vou suspender tudo  
935 até o final do ano, mas o que é que eu estou fazendo para minimizar um  
936 pouco, para que o processo não fique parado? Eu estou determinando  
937 que a Universidade Federal da... a Unifesspa, aqui, Sul e Sudeste, que  
938 muito nos tem ajudado na questão da fase [ininteligível] socioeconômico  
939 das famílias, a universidade nos tem ajudado muito, e também as  
940 prefeituras, que fazem relatórios sociais para ver as pessoas vulneráveis  
941 que estão na área, não é, durante esse período de suspensão, para que  
942 quando termine o período de suspensão, eu já possa ajustar com o CME,  
943 não é, marcar audiências de desocupação e ajustar a desocupação  
944 efetiva, porque senão o que vai acontecer? Senão [ininteligível] e não vai  
945 ter efetividade, não é? Mas eu acredito que para evitar essas  
946 preocupações, eu acredito que tem que sentar aí os órgãos públicos, os  
947 órgãos do estado, não é, e ver a questão com todos os juízes criminais  
948 também, Ministério Público, Defensoria, todos os poderes, e ajustar quais  
949 as medidas que vão fazer, não é, porque a questão não é só... não é  
950 assim tão fácil identificar, porque chega na hora da desocupação, são 400  
951 famílias, 300 famílias, a pessoa não identifica, a pessoa não quer se

28

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

952 identificar. Aí como é que a gente vai fazer? Vai prender todo mundo, levar  
953 700(F) famílias para a delegacia, sabe? Não dá. Então, eu acredito que  
954 tenha que ser assentado aqui. Nós precisamos achar uma maneira, senão  
955 a gente fica enxugando gelo. Desintegra agora, o proprietário, inclusive,  
956 que já é muitas vezes aleijado do seu patrimônio, tendo um patrimônio  
957 [ininteligível] invadido, ainda tem que ajudar em procedimento de  
958 desocupação com caminhões, não é, com toda essa despesa, aí, além  
959 de tudo isso ainda, depois a pessoa volta de novo, não é? Então,  
960 [ininteligível] eu admiro a sua preocupação, desembargador, eu acho que  
961 é por aí mesmo, a gente tem que tomar... sentar e tomar decisões  
962 efetivas, não é, minimizar ao menos nessas questões. Obrigado. DES.  
963 PRESIDENTE: Tá. Deixa eu lhe informar. Eu coloquei isso em pauta para  
964 nós termos uma ideia o que nós vamos... Os senhores estão vendo, isso  
965 aí desde 1988 ocorre. Ocorria até antes, não é? Por exemplo, na minha  
966 época, que eu era magistrado, inclusive, aí no sul do Pará, viu, Dr. Mazutti,  
967 colocavam o ocupante: "MST". Aí o MST vinha no processo: "Eu não sou  
968 pessoa jurídica, eu não tenho personalidade jurídica, não posso fazer  
969 parte", entendeu? Essa aí é uma situação que... não adianta nós  
970 continuarmos nessa discussão. Na realidade, o que nós temos que ver é  
971 uma solução prática e inteligente de não deixarmos... aliás, de não  
972 deixarmos não, de coibirmos essa situação de ocupante sai e depois  
973 reingressa. Aí é complicado, aí o conflito é inevitável, não é, e não só para  
974 o próprio ocupante como para o fazendeiro, que, no caso, ele vai ser  
975 culpado de ter matado, aí o outro vai ser acusado de ser miliciano, e por  
976 aí vai. Então, nós temos que encontrar... viu, Dr. Macieira? Dr. Macieira  
977 está pensando. Quando ele começa a pensar assim é porque ele tem uma  
978 ideia bacana. Viu? Mas eu coloquei isso para nós vermos, e ainda nós  
979 podemos repetir isso na próxima sessão e os senhores me trazerem uma  
980 solução. Vamos ver se a gente tem, tá? SR. WALDIR MACIEIRA DA  
981 COSTA FILHO: Viu, Dr. Mairton? DES. PRESIDENTE: Não é só eu, tá?  
982 SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Viu, Dr. Mairton? DES.  
983 PRESIDENTE: Pois não, Dr. Macieira. Quando o senhor começa a pensar  
984 assim-- SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Eu tenho... O Prof.  
985 Girolamo que vai falar, mas eu queria só... é um parêntese, assim, rápido.

29

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

986 Na verdade, o ministro Barroso, ele fez uma modulação também,  
987 Excelência. Então, são ocupações que foram feitas antes da pandemia,  
988 não é? Então, ele colocou exceções lá que delinearão bem nesse  
989 aspecto a proibição de novas ocupações irregulares. Então, a decisão do  
990 ministro Barroso nesse sentido de novas ocupações, ela está bem  
991 delineada no processo de coibir essas ocupações irregulares,  
992 [ininteligível], não é? Então, acredito que a decisão não tenha o condão  
993 de insuflar novas ocupações, no meu entendimento, não é? Aí caberia ao  
994 juiz da região enfrentar essas situações excepcionais. DES.  
995 PRESIDENTE: É, mas quanto a essa questão aí do ministro, não é, ao  
996 mesmo tempo, cabe recurso. Se houver, se houver recurso, é problema  
997 lá no Supremo Tribunal Federal, é Procuradoria Geral de Justiça,  
998 Defensoria Pública da União, AGU, e por aí vai, não é? Nós temos que  
999 apenas cumprir a decisão até que prove o contrário, não é? SR. MÁRIO  
1000 ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador? SR. LAÉRCIO DOS  
1001 SANTOS ROSA JUNIOR: Desembargador-- DES. PRESIDENTE: Existe  
1002 exceções? Existe, existe exceções-- SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
1003 JUNIOR: Coronel Solano deseja falar. DES. PRESIDENTE: As exceções--  
1004 - SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador, eu tenho  
1005 uma sugestão. DES. PRESIDENTE: Que são colocadas para que o juiz  
1006 agrário... Veja, é por isso que eu digo, não tem porquê qualquer outro juiz  
1007 que não é competente... juiz agrário, sim, é o competente, e acabou-se.  
1008 Nenhum juiz federal é competente para esse tipo de reintegração de  
1009 posse. Reintegração de posse é uma coisa-- SR. MÁRIO ALFREDO  
1010 SOUZA SOLANO: Desembargador, eu tenho uma-- DES. PRESIDENTE:  
1011 Um minutinho só, um minutinho. Reintegração de posse é uma coisa e  
1012 reivindicacão é outra, não é? Eu tenho discutido isso muito com as  
1013 pessoas, [ininteligível] nós temos que fazer diferença entre reivindicatória  
1014 e manutençao ou reintegração de posse, mas não chega a esse ponto,  
1015 não. O que eu quero dizer aos senhores é que eu quero ver uma soluçao.  
1016 Eu estou conclamando a todos para uma soluçao inteligente, para não  
1017 termos mais conflito no campo, nós não termos mais que estar acusando  
1018 fazendeiro ou pecuarista de pessoa que é chefe de milícia, ou, então, não  
1019 ver ninguém morto. É isso o que nós queremos. Então, eu conclamo os

30





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1020 senhores a isso, tá? Tudo o que nós estamos discutindo aqui, falando,  
1021 isso e aquilo, desde 1988 eles conhecem, pelo menos eu conheço, não  
1022 é? Então, ver, vamos colocar. Acho que a partir daí nós vamos só ser  
1023 repetitivos, não vamos ter uma ideia, assim, do que é, vamos ter... Se tiver  
1024 ideia, se não quiser mandar por escrito, conversem comigo, eu estou aqui  
1025 aberto a todos, tá certo? Dr. Haroldo, queria falar? SR. LAÉRCIO DOS  
1026 SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Solano, Excelência. DES. PRESIDENTE:  
1027 Dr. Solano? Diga, Dr. Solano. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
1028 Desembargador-- SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA:  
1029 Desembargador, eu tenho uma sugestão, então. SR. LAÉRCIO DOS  
1030 SANTOS ROSA JUNIOR: É Dr. Solano, Excelência. SR. HAROLDO DA  
1031 SILVA FONSECA: No caso, como a gente já toma essa... SR. MÁRIO  
1032 ALFREDO SOUZA SOLANO: Dr. Haroldo, continue. Eu falo em seguida.  
1033 SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Tá. DES. PRESIDENTE: Pode  
1034 falar, Dr. Haroldo. SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Bom,  
1035 desembargador... Obrigado, Dr. Solano. Eu tenho uma sugestão. No  
1036 caso, seria... como eu já tomo essa providência, e eu acredito que os  
1037 colegas também, de identificação das pessoas que são posseiras, que  
1038 são... que estão naquela situação, no momento da audiência, aqueles que  
1039 nós conseguimos identificar, que se apresentam, e eles são muitos, à  
1040 medida que a gente tiver essa identificação após a concessão de uma  
1041 eventual reintegração de posse, que já fosse, então, comunicado ao Incra  
1042 para as providências junto com o nome de todas essas pessoas que  
1043 fazem parte do processo, porque eu, na verdade, não tinha nem  
1044 conhecimento que o Incra tinha esse controle, como a Carol apresentou  
1045 agora. E aí, de certa forma, a gente já começa a vincular um pouco mais  
1046 as pessoas que fazem parte daquela ocupação. SRA. CAROLINE  
1047 BASTOS DO AMARANTE: É, porque-- DES. PRESIDENTE: Dr. Haroldo,  
1048 todos nós, todos os juízes agrários, fazem isso. Todos. Nós estamos aqui  
1049 em um aprimoramento, não é? Estamos nos aprimorando para ver se...  
1050 Entretanto, torno a dizer, lá vem(F) repetição, o que nós fazemos lá é 300  
1051 pessoas; o senhor, no máximo, recebe 20 para essa audiência. No  
1052 máximo. O resto fica lá fora. Aí não há condições de você identificar todos,  
1053 certo? Então, é aquilo que eu digo, a solução tem que ser inteligente. Ap.

31

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1054 partir de agora, só repetição. Então, vamos ver se nós conseguimos uma  
1055 solução inteligente, não é? Nós temos esses líderes. Esses líderes,  
1056 conforme o Dr. Amarildo falou... Como é o nome dele, desse pastor aí que  
1057 o senhor disse que tinha os dados? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É  
1058 o tal do pastor Ribas. Ele estava em mais de dez processos como  
1059 requerido-- DES. PRESIDENTE: Pois é. SR. AMARILDO JOSÉ  
1060 MAZUTTI: Aqui na região de Rondon do Pará, Dom Eliseu, Ulianópolis.  
1061 DES. PRESIDENTE: Pois é. Veja bem, senhores, então esse pastor  
1062 Ribas, ele se apresenta lá, aí ele leva três, quatro quando, na realidade,  
1063 é mil. Então, não tem... e não tem condições do juiz agrário identificar  
1064 todos. Tem como identificar alguns? Tem, não é? Aí manda-se para o  
1065 Incra, manda-se para o Iterpa. Por falar nisso, cadê o Iterpa, que não veio  
1066 mais, hein, Dr. Laércio? Não tem [ininteligível]-- SR. LAÉRCIO DOS  
1067 SANTOS ROSA JUNIOR: [ininteligível] está presente no momento. DES.  
1068 PRESIDENTE: Pois não. Hã? Vamos cobrar a presença dos faltosos, viu?  
1069 Vamos cobrar, porque nós não temos porquê estar só com as... As  
1070 pessoas têm que se engajar, se engajar mesmo. SRA. CAROLINE  
1071 BASTOS DO AMARANTE: Desembargador? DES. PRESIDENTE: Pois  
1072 não, doutora. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Só  
1073 complementando isso que o Dr. Haroldo falou, porque assim, se a gente...  
1074 se o Incra tiver uma listagem, tipo assim... Eu sei que é impossível  
1075 nominar todos, mas um ou outro que a gente consiga nominar, no Incra,  
1076 fazendo a exclusão do lote caso realmente seja confirmado que aquela  
1077 pessoa participou de invasão, talvez isso... se isso for levado como regra,  
1078 para começar a tolher, para começar a tolher esse tipo de participação de  
1079 assentados em movimentos de invasão de propriedade sendo que ele não  
1080 está precisando. Ele já é um assentado de reforma agrária. Se a gente  
1081 começar a fazer isso como regra, pode ser que [ininteligível] esse tipo de  
1082 coisa. DES. PRESIDENTE: Vamos colocar. Vamos fazer uma cartilha,  
1083 entendeu? Fazer uma cartilha em relação a isso. Seria bom, viu, Dr.  
1084 Haroldo, Dr. Amarildo? SR. HAROLDO DA SILVA FONSECA: Sim,  
1085 doutor. DES. PRESIDENTE: Doutor... Cadê o Dr. André? Dr. André, fazer  
1086 uma cartilha sobre isso aqui e mandar para os juízes agrários, não é? SR.  
1087 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Seria interessante.

32





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1088 DES. PRESIDENTE: Mandar para os juízes agrários para nós termos uma  
1089 espécie de *checklist*, não é, pelo menos naquela situação. Aí... aí manda  
1090 para o Incra, manda para o Iterpa, manda para os órgãos necessários,  
1091 não é? Muito boa a colocação. Já começamos a ver alguma coisa. Agora,  
1092 o restante vamos deixar para depois, nós temos tempo para pensar na  
1093 próxima reunião. Dr. Laércio, quando será a nossa próxima reunião? SR.  
1094 MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Peço a palavra antes-- SR.  
1095 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Não temos definição,  
1096 Excelência. DES. PRESIDENTE: Só um minutinho, Dr. Solano. SR.  
1097 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Ainda não marcamos,  
1098 Excelência-- DES. PRESIDENTE: Hein?! SR. LAÉRCIO DOS SANTOS  
1099 ROSA JUNIOR: A próxima reunião dessa comissão. DES. PRESIDENTE:  
1100 Vamos ver aí. Vamos marcar aí, Dr. Laércio. Veja aí. SR. LAÉRCIO DOS  
1101 SANTOS ROSA JUNIOR: Pode ser no próximo dia 9 de julho, Excelência.  
1102 DES. PRESIDENTE: Nove de julho? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
1103 JUNIOR: Isso. DES. PRESIDENTE: Está bom para os senhores? Nove  
1104 de julho está bom? Tem algum problema? ORADORA NÃO  
1105 IDENTIFICADA: Sim, Excelência. DES. PRESIDENTE: Nove de julho tem  
1106 algum problema? Não? SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE:  
1107 Não, Excelência. Pode marcar. DES. PRESIDENTE: [ininteligível] 9 de  
1108 julho, tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Perfeito. DES.  
1109 PRESIDENTE: Nove de julho a próxima reunião. Mas o Dr. Solano ainda  
1110 queria falar. Pois não, Dr. Solano, antes que nós encerremos. SR. MÁRIO  
1111 ALFREDO SOUZA SOLANO: Desembargador, Dr. Waldir Macieira, sobre  
1112 a questão ainda da decisão do ministro Luís Roberto Barroso, obviamente  
1113 nós entendemos, porque temos o privilégio de ter um conhecimento mais  
1114 privilegiado, digamos assim, do que foi elaborado pelo nosso ilustre  
1115 ministro, tá? A nossa preocupação, que eu vejo que o Dr. Mazutti tem a  
1116 mesma preocupação, é como chega isso no campo, como chega isso  
1117 junto aos movimentos, para exatamente não incorrer no aumento de  
1118 crimes, de ilícitos no campo, especificamente a questão de invasão de  
1119 propriedade. Isso aí vai causar uma instabilidade no campo. Eu até conto  
1120 com o Ministério Público, entre outras instituições que compõem aqui  
1121 esse colegiado, para que faça uma difusão dentro, obviamente, do que

33





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1122 está nos ditames da decisão do ministro Roberto Barroso. É essa só a  
1123 nossa preocupação, que não é diferente, com certeza, dos demais  
1124 membros da comissão. Referente à questão da personalidade jurídica,  
1125 desembargador [interrupção no áudio] salteado, e é uma estratégia de  
1126 [interrupção no áudio]. DES. PRESIDENTE: O final nós não entendemos.  
1127 SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: [interrupção no áudio]. DES.  
1128 PRESIDENTE: Está falhando, Dr. Solano. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
1129 SOLANO: É. Eu vou repetir. Essa questão de personalidade falta... O  
1130 senhor está ouvindo? DES. PRESIDENTE: Agora. SR. MÁRIO ALFREDO  
1131 SOUZA SOLANO: Essa questão da ausência de personalidade jurídica,  
1132 de movimentos sociais, entre outras que se dizem representar os mais  
1133 carentes, nós sabemos, o senhor conhece há muito tempo, vários  
1134 membros que aqui estão, isso é uma estratégia exatamente para não ter  
1135 uma responsabilização penal... cível e penal. Então, a gente precisa  
1136 ultrapassar isso, passar para um outro momento, que é exatamente o  
1137 seguinte... não só para a penalidade, mas é o seguinte [interrupção no  
1138 áudio] precisa de [ininteligível] não tem porque [ininteligível] ausência de  
1139 [interrupção no áudio] desembargador, pode me corrigir a Carol, do Incra,  
1140 até o início do ano passado, nós tínhamos mais de 110 mil lotes para  
1141 reforma agrária no estado do Pará. Segundo o Incra, está no site do Incra,  
1142 este ano, nós temos 76 mil lotes de terras para a reforma agrária. Então,  
1143 como é que se discute invasão de propriedade? Como é que ainda  
1144 acontece, melhor dizendo, invasão de propriedade ainda hoje no estado  
1145 do Pará? Obviamente são outras intenções, obviamente são questões de  
1146 especulação imobiliária, extorsão, entre outros crimes. E a gente precisa  
1147 se unir, eu acho que todos aqui estão imbuídos nessa questão de pacificar  
1148 o campo e, obviamente, materializar a justiça. Dr. Treccani, estamos  
1149 juntos. Tenho certeza que o seu objetivo é o mesmo do nosso aqui pela  
1150 federação, de pacificar o campo e trazer justiça às pessoas que realmente  
1151 precisam produzir. Eram essas as considerações. Muito obrigado pela  
1152 atenção. Saúde, Dr. Mazutti, e saúde a todos. DES. PRESIDENTE:  
1153 [pronunciamento fora do microfone]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
1154 JUNIOR: Desembargador, o Dr. Girolamo pediu a palavra. DES.  
1155 PRESIDENTE: Quem? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr.

34

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1156 Girolamo. DES. PRESIDENTE: Pois não, Dr. Girolamo. SR. GIROLAMO  
1157 DOMENICO TRECCANI: Sim, desembargador. Na verdade, como disse,  
1158 outro assunto que eu gostaria de colocar na Pauta é algo bem rápido,  
1159 uma sugestão que eu gostaria de colocar. Nós apresentamos ainda no  
1160 passado a solicitação de que fosse sistematizada a... fossem  
1161 sistematizadas, melhor dizendo, as informações relativas a matrículas  
1162 existentes em diferentes cartórios. Graças ao trabalho do Laércio e da  
1163 Adelaide, e da própria Anoreg, da Corregedoria, nós avançamos de  
1164 maneira significativa nisso. A sugestão que eu gostaria de fazer é de que  
1165 a cada dois meses essa planilha com as informações relativas à data de  
1166 abertura do cartório, primeira matrícula e última matrícula, que irão  
1167 permitir a esta comissão, em todos os seus membros, ter uma dimensão  
1168 de quantas matrículas existem no nosso estado, tá, seria, talvez,  
1169 interessante. Eu não vou dizer cada mês, mas pelo menos a cada dois  
1170 meses ter acesso. Se a secretaria da Ouvidoria pudesse socializar com  
1171 todos nós essas informações, nos ajudariam a entender melhor a situação  
1172 fundiária do nosso estado em um ponto de vista de matrículas que estão,  
1173 de fato, nos cartórios. Acho que seria uma medida interessante,  
1174 Excelência e todos os integrantes desta comissão. Obrigado. DES.  
1175 PRESIDENTE: Muito bem. Acredito que sim, Dr. Girolamo. A ideia é  
1176 excelente. Agora, nós temos que ter muito tempo para isso. Olha, para  
1177 nós conseguirmos essa rematrícula não foi fácil, foram mais de dois anos.  
1178 Agora, para o que o senhor deseja, nós temos que ter um projeto que  
1179 serviria para isso, o SIG Fundiário, não é? Entretanto está em suspenso,  
1180 por enquanto, não é? Ainda está em suspenso? Está suspenso ainda,  
1181 mas o SIG Fundiário seria bom. O senhor poderia, Dr. Girolamo, fazer  
1182 isso, apanhar por escrito isso e encaminhar para a Ouvidoria? Que aqui  
1183 nós vamos analisar e conversarmos com a Corregedoria do Tribunal de  
1184 Justiça para ver se nós vamos viabilizar vosso pedido, entendeu? Muito  
1185 boa a sua colocação. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI:  
1186 Excelência, eu posso, evidentemente, formalizar, mas, na verdade, a  
1187 solicitação que estou apresentando é bem simples. Eu sei que a  
1188 secretaria da Ouvidoria consolidou as informações que chegaram até  
1189 agora. Eu não sei exatamente quantos cartórios. A última vez que foi

35





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1190 socializado já tinha um número até bastante razoável, mas, ainda assim,  
1191 longe da totalidade. DES. PRESIDENTE: Pois é. É isso que eu estou lhe  
1192 falando, nós não temos ainda a totalidade, nós temos uma parte. SR.  
1193 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Isso. DES. PRESIDENTE: Não é?  
1194 SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Mas o importante seria, se  
1195 Vossa Excelência autorizasse, se a nossa comissão achar oportuno, que,  
1196 de vez em quando, essa planilha fosse socializada. Não seria outra coisa,  
1197 porque já se poderia ter informações consolidadas. Vou dar um exemplo.  
1198 Estava discutindo um dia desses com o Ministério Público Estadual  
1199 quantas matrículas teriam terminado no cartório, eu digo: Olha, a última  
1200 informação que eu tenho é o levantamento feito pelo CNJ em 2010. Já  
1201 passaram alguns aninhos de lá para cá, portanto, aqueles cinco, 10 mil  
1202 daquele tempo, hoje, talvez, aquele cartório está na planilha que o Dr.  
1203 Laércio está consolidando. Portanto, seria só isso. [falas sobrepostas].  
1204 DES. PRESIDENTE: É o seguinte: a minha preocupação não é essa. A  
1205 minha preocupação é o compartilhamento de dados. Isso aqui é-- SR.  
1206 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Aqui é só um número, Excelência,  
1207 não é nenhuma-- DES. PRESIDENTE: Eu sei que é só número, mas é um  
1208 compartilhamento. Mas o senhor faça, Dr. Girolamo-- SR. GIROLAMO  
1209 DOMENICO TRECCANI: Tudo bom. DES. PRESIDENTE: Por escrito,  
1210 que a gente vai analisar aqui com mais calma, com mais tranquilidade, tá,  
1211 e nós decidiremos. É muito... é excelente, excelente a sua ideia.  
1212 Excelente, não é? Eu comungo também com ela. Agora, eu tenho que ver  
1213 algumas implicações existentes, mas vamos lá, não é, e... Mais alguém  
1214 quer falar alguma coisa? Não? Então, fica para o dia 9 de julho, tá bom, a  
1215 nossa nova reunião. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Isso,  
1216 Excelência. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Sexta(F)? DES.  
1217 PRESIDENTE: Nove de julho? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA  
1218 JUNIOR: Nove de julho, sexta-feira. SR. WALDIR MACIEIRA DA COSTA  
1219 FILHO: Sexta? DES. PRESIDENTE: Eu queria informar que eu estava  
1220 pensando em fazer uma reunião já presencial. O que é que os senhores  
1221 acham? Há condições? Pelo menos para vocês conhecerem aqui as  
1222 nossas instalações, não é? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:  
1223 Com certeza, desembargador. DES. PRESIDENTE: Presencial. Será que

36





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1224 dia 9 de julho seria bom ou ainda é muito prematuro? SR. WALDIR  
1225 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Desembargador? É, eu... O senhor pode  
1226 fazer, Excelência, de maneira híbrida, não é? Eu já me comprometo a ir  
1227 pessoalmente, mas tendo em vista que ainda nem todas as pessoas estão  
1228 [ininteligível] poderia ser feito assim, híbrida, que aí dá oportunidade de  
1229 uns irem presencialmente, outros não deixarem de participar, mas de  
1230 maneira virtual. O que Vossa Excelência entende? DES. PRESIDENTE:  
1231 Eu sei-- SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Excelência, eu acho  
1232 excelente a sua ideia, mas se o senhor abre [ininteligível] lterpa, não é,  
1233 aqui [ininteligível] algumas, com todo o respeito à minha Janyce, Caroline,  
1234 tá, [interrupção no áudio] acho que não se vacinaram. [risos] SR.  
1235 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Enfim. SRA. JANYCE MARIA DE  
1236 ALMEIDA VARELLA NEIVA: Obrigada, professor. Na verdade, dia 9,  
1237 desembargador, eu vou estar de férias, mas o meu colega suplente, Dr.  
1238 Ibraim Rocha, que veio para o nosso setor agora, ele vai participar da  
1239 reunião. Aí eu deixo ele à vontade para decidir se vai de forma presencial  
1240 ou virtual, desembargador, mas agradeço. DES. PRESIDENTE: É, eu  
1241 queria fazer uma presencial. Queria vê-los, nunca mais os vi. É bom--  
1242 SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA: Eu estou com  
1243 saudade, também, desse contato. DES. PRESIDENTE: Com saúde e com  
1244 tranquilidade, graças a Deus, que continuemos assim, mas é mais estar  
1245 juntos, mais perto. Se não der para fazer agora, doutores, fazemos em  
1246 outra data. Eu estou propondo para ser dia 9 de julho porque é férias, não  
1247 é, aí não tem muita gente na cidade, não é? SRA. CAROLINE BASTOS  
1248 DO AMARANTE: É. DES. PRESIDENTE: Pelo menos aqui em Belém. E  
1249 não vai haver aglomeração, nós temos um bom espaço aqui. E eu já  
1250 convidei os senhores para virem tomar posse aqui do espaço de vocês,  
1251 mas vocês não querem vir. Não sei porque, não é? SRA. CAROLINE  
1252 BASTOS DO AMARANTE: A gente tem que começar a levar a vida  
1253 normal já, não é, desembargador? DES. PRESIDENTE: Pois é.  
1254 Exatamente. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Recomeçar--  
1255 DES. PRESIDENTE: Exatamente. A Dra. Janyce ainda não foi vacinada,  
1256 mas vai ser agora, não é? SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE:  
1257 Eu também ainda não. DES. PRESIDENTE: Hã? SRA. CAROLINE

37





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1258 BASTOS DO AMARANTE: Eu também ainda não, mas eu vou, vou  
1259 presencialmente. DES. PRESIDENTE: Pois é. Vai ser agora, não é? Vai  
1260 ser agora. Essa semana ou na outra? SRA. CAROLINE BASTOS DO  
1261 AMARANTE: Eu acho que... Desembargador, se não vai ser para julho,  
1262 vai ser em agosto. Ainda não vi direitinho o calendário. DES.  
1263 PRESIDENTE: Pois é. Então, vamos marcar, então, para agosto uma  
1264 presencial? SRA. JANYCE MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA:  
1265 Pronto, agosto. Presencial eu vou, desembargador. DES. PRESIDENTE:  
1266 Então, dia 9. Sr. Laércio, dia 9 ainda vai ser por videoconferência, tá? SR.  
1267 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Perfeito, Excelência. SR.  
1268 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Desembargador, eu irei, mas irei  
1269 com máscara, tá? DES. PRESIDENTE: Oi? SRA. CAROLINE BASTOS  
1270 DO AMARANTE: Eu também. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI:  
1271 Eu irei, mas irei com máscara. DES. PRESIDENTE: Sim, com certeza.  
1272 Com certeza. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Alguém está  
1273 sugerindo que seja sem máscara, aí-- DES. PRESIDENTE: Não tenha  
1274 dúvida. Não só o senhor. Não só o senhor, todos nós temos que tomar  
1275 cuidado. Temos que tomar cuidado. SR. GIROLAMO DOMENICO  
1276 TRECCANI: Obrigado. DES. PRESIDENTE: Bom, então, gente, muito  
1277 obrigado, tá? Muito obrigado mesmo, e dou por encerrada a sessão,  
1278 porque nós não temos mais nada a tratar, certo, no dia de hoje. Dia 9  
1279 estaremos de volta por videoconferência, tá? Bom dia. SRA. JANYCE  
1280 MARIA DE ALMEIDA VARELLA NEIVA: Bom dia. Bom dia a todos. SR.  
1281 WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Bom dia. ORADOR NÃO  
1282 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. WALDIR  
1283 MACIEIRA DA COSTA FILHO: Já me comprometo a ir pessoalmente  
1284 também no dia 9. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Dia 9 já  
1285 estarei lá. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE: Eu também. SR.  
1286 WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Estarei lá. SR. GIROLAMO  
1287 DOMENICO TRECCANI: Obrigado. Um abraço. SRA. HERENA NEVES  
1288 MAUÉS CORRÊA DE MELO: Bom dia, gente. Muita saúde. Tchau. SR.  
1289 WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO: Vai ter *coffee break*? ORADORA  
1290 NÃO IDENTIFICADA: Tchau-tchau. Saúde. SR. WALDIR MACIEIRA DA  
1291 COSTA FILHO: Vai ter *coffee break*? [risos] DES. PRESIDENTE: Quem

38

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTOES LIGADAS À GRILAGEM  
ATA DA REUNIAO REALIZADA NO DIA 11/06/2021

1292 sou eu? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tchou. Assim eu, Laércio dos  
1293 Santos Rosa Junior, servindo como Secretário da CPMEAQLG,  
1294 transcrevi. //////////////////////////////////////

1295

1296

1297

1298

1299

1300

Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO  
Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de  
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
Grilagem – CPMEAQLG

